

Aluno da disciplina: devido processo

Um estudante não será excluído da escola sem ter o devido processo apropriado conforme estabelecido abaixo. No entanto, se uma continuidade da presença do aluno na escola representa um perigo para pessoas ou bens, ou materialmente e substancialmente perturba a ordem da escola e com o administrador, acórdão não há alternativa disponível para aliviar o perigo ou interrupção, um aluno que é carregado com uma ofensa disciplinar podem ser retirados temporariamente da escola antes de receber o devido processo nos termos a uma emergência extracção (consulte abaixo para obter mais informações).

I. Suspensão na escola.

Uma escola a suspensão é uma extracção de um estudante de regular de atividades em sala de aula, mas não a partir da escola. O procedimento de uma escola em suspensão de não mais de (10) dias de aulas (consecutivos ou cumulativamente para várias infracções durante o ano escolar) será como segue:

1. O administrador informará o aluno da infracção disciplinar carregada, a base para a carga, e oferecem ao aluno a oportunidade de responder. Se o administrador determina que o aluno cometeu a infracção disciplinar, o administrador informará o aluno do comprimento do estudante na escola de suspensão, que não pode exceder dez dias, cumulativamente ou consecutivamente, em um ano escolar.
2. No mesmo dia que a decisão de suspensão na escola, o administrador envidará os esforços razoáveis para notificar o pai oralmente da infracção disciplinar, as razões para concluir que o aluno cometeu o delito e o comprimento da escola em suspensão. O Administrador do irá também convidar os pais para uma reunião para discutir o desempenho acadêmico do aluno e o comportamento, estratégias para envolvimento do aluno e possíveis respostas para o comportamento. Tal reunião será agendada no dia da suspensão se possível e se não forem, posteriormente logo que possível. Se o administrador não consegue alcançar o pai depois de fazer e documentar a pelo menos (2) tentativas de fazê-lo, tais tentativas constituirão os esforços razoáveis para fins de informar oralmente o pai da escola em suspensão.
3. O Administrador do irá enviar um aviso por escrito para a estudantes e pais sobre a escola em suspensão, incluindo o motivo e o comprimento da escola em suspensão e convidando o pai para um encontro com o responsável principal para o objectivo acima definido, se tal reunião não foi já ocorreu. O Administrador do irá fornecer tal aviso no dia da suspensão pelo lado da entrega do correio certificado, correio de primeira classe, email a um endereço fornecido pela mãe para a escola de comunicações, ou por outro método de entrega acordado pelo administrador e a dos pais.

Um na escola de suspensão de mais de dez dias cumulativa em uma escola ano serão sujeitas aos procedimentos de suspensão de longo prazo

O responsável principal pode remover um aluno de privilégios, como actividades extracurriculares e participação em eventos patrocinados pela escola, com base na falta do aluno. Uma tal remoção não é objecto de tais procedimentos de devido processo.

II. Curto prazo fora da escola suspensão.

Excepto no caso de uma emergência extracção (veja abaixo), antes de impor um curto prazo fora da escola suspensão (10 dias ou menos em um ano escolar) para conduta não abrangidas pelo M.G.L. c. 71, §37H e 37H ½, um administrador fornecerá o estudante e seu progenitor oral e escrito e uma oportunidade de participar de uma audição informal.

1. Aviso: o aviso por escrito para o aluno e o pai será em inglês e o idioma principal da casa se diferente do inglês, ou outros meios de comunicação sempre que adequado e incluir o seguinte:

- A) A infracção disciplinar;
- B) A base para a acusação;
- C) As conseqüências potenciais, incluindo o potencial de comprimento do estudante suspensão;
- D) A oportunidade para o aluno ter uma audiência com o administrador sobre a suspensão proposta, incluindo a oportunidade de contestar as acusações e apresentar o aluno Explicação do alegado incidente e para o pai para assistir à audição;
- E) A data, a hora e o local da audição;
- F) O direito de o aluno e o aluno do pai para serviços de intérprete na audiência se necessário para participar;

Aviso por escrito para a mãe pode ser feito pela entrega de correio de primeira classe, certificadas email, mensagem de correio electrónico para um endereço fornecido pela mãe para a escola de comunicações, ou qualquer outro método de entrega acordado pela escola e dos pais.

2. Esforços para envolver os pais: o administrador envidará os esforços razoáveis para notificar o pai de a oportunidade de assistir à audição. Para realizar uma audição sem o progenitor presente, o administrador deve ser capaz de documentar os esforços razoáveis para incluir o pai. O administrador é suposto ter envidado esforços razoáveis se o administrador tiver enviado um aviso por escrito e tem documentado pelo menos dois (2) tentativas de entrar em contato com a mãe na forma especificada pelo pai para notificação de emergência.

3. Formato de audição: o administrador irá discutir a infracção disciplinar, a base para a carga, e quaisquer outras informações pertinentes. O aluno terá também uma oportunidade para apresentar informações, incluindo o facto que a atenuantes administrador deve considerar ao determinar se outros remédios e as conseqüências podem ser adequadas. O Administrador do irá fornecer o pai, se presentes, uma oportunidade para discutir a conduta do aluno e oferecer informações, incluindo circunstâncias atenuantes que o administrador deve considerar ao determinar conseqüências para o aluno.

4. Decisão: o administrador irá fornecer um aviso por escrito para os estudantes e pais da sua determinação e as razões para tal, e, se o aluno é suspenso, o tipo e a duração da suspensão e a oportunidade de fazer até as atribuições e outros trabalhos escolares quanto necessário para fazer

progresso acadêmico durante o período de remoção. Aviso de determinação pode ser sob a forma de uma actualização para o original a notificação escrita da audição.

III. Suspensão de longo prazo

Excepto no caso de uma emergência Extracção fornecidas na página [], antes de impor uma suspensão de longo prazo (mais de dez dias de suspensão, quer na escola ou fora da escola, se consecutivos ou cumulativa para várias infracções durante um ano letivo), um administrador siga os procedimentos de curto prazo suspensão plus procedimentos adicionais como segue:

1. Aviso: O aviso incluirá todos os componentes para a curto prazo de suspensão na seção C acima, além do seguinte:

- A) Antes da audição, a oportunidade de rever o registro do aluno e os documentos em que o administrador pode confiar na determinação de suspender o aluno ou não;
- B) O direito a ser representado por um advogado ou de um leigo da escolha do aluno, estudante/expensas do pai;
- C) O direito de produzir testemunhas em seu nome e apresentar o aluno da explicação do alegado incidente, mas o aluno não podem ser obrigadas a fazê-lo;
- D) O direito de interrogar testemunhas apresentadas pelo distrito escolar;
- E) O direito de solicitar que a audição seja gravado pelo administrador e uma cópia da gravação de áudio fornecidos para o aluno ou pai mediante pedido; e
- F) O direito de recurso da decisão do administrador para impor a suspensão de longo prazo para o superintendente.

2. Formato de audição: audiência vai pagar os direitos estabelecidos no aviso acima. O administrador também irá fornecer o pai, se presentes, uma oportunidade para discutir a conduta do aluno e oferecer informações, incluindo circunstâncias atenuantes que o administrador deve considerar ao determinar consequências para o aluno.

3. Decisão: baseada na evidência, o administrador determinará se o aluno cometeu a infracção disciplinar, e, em caso afirmativo, depois de considerar as circunstâncias atenuantes e as alternativas a longo prazo de suspensão, o remédio ou a consequência será imposta em lugar de ou para além de uma suspensão de longo prazo. O Administrador do irá enviar a determinação por escrito para a estudantes e pais pela mão da entrega do correio certificado, correio de primeira classe, email a um endereço fornecido pela mãe para a escola de comunicações, ou qualquer outro método de entrega acordado pela escola e a dos pais. Se o administrador decide suspender o aluno numa base de longo prazo, a determinação por escrito:

1. Identificar a infracção disciplinar, a data em que decorreu a audição e os participantes na audição;
2. Definidos os principais factos e conclusões;
3. Identificar o comprimento e a data efectiva da suspensão, bem como uma data de retorno para a escola;

4. Incluir aviso de que o aluno tem oportunidade de receber serviços de educação para fazer progresso acadêmico durante o período de afastamento da escola (se mais de dez dias cumulativa);
5. Informar o aluno do direito de recurso da decisão do administrador para o superintendente ou outra pessoa autorizada. Aviso de direito de recurso será em inglês e o idioma principal da casa se diferente do inglês, ou outros meios de comunicação se for caso disso, e incluirá as seguintes informações declaradas em linguagem simples:
 - a) O processo de recurso a decisão, incluindo que o aluno ou pais devem apresentar um aviso por escrito de recurso com o superintendente dentro de cinco (5) dias de calendário a contar da data efectiva da suspensão de longo prazo; desde que dentro de cinco (5) dias de calendário, o aluno ou o pai podem solicitar e receber do superintendente uma prorrogação do prazo para a apresentação do aviso por escrito para até sete (7) dias corridos adicionais; e que
 - b) A suspensão de longo prazo permanecerão em vigor a menos que e até que o superintendente decida para inverter a determinação do administrador no recurso.

Suspensão de longo prazo irá estender para além do final do ano escolar em que tal suspensão é imposta.

IV. Exceção para remoção de emergência

Não obstante as disposições de curto ou longo prazo suspensão estabelecido acima, um aluno que é carregado com uma ofensa disciplinar podem ser retirados temporariamente da escola se a continuação da presença do aluno representa um perigo para pessoas ou bens, ou materialmente e substancialmente perturba a ordem da escola e, no juízo do administrador, não há alternativa disponível para aliviar o perigo ou interrupção.

O Administrador do irá notificar imediatamente por escrito o superintendente da extracção e a razão para tal, e descrever o perigo [ou interrupção] pelo estudante.

A remoção temporária não excederá dois (2) dias úteis seguintes ao dia da escola da remoção de emergência, tempo durante o qual o administrador fornecerá o seguinte, como aplicável ao comprimento da suspensão:

- Fazer imediatamente e esforços razoáveis para notificar oralmente o aluno e o pai do aluno da remoção de emergência, a razão para a necessidade de remoção de emergência e outras questões aplicáveis;
- Fornecer um aviso por escrito para os estudantes e pais tal como previsto na secção C ou D acima, conforme aplicável;
- Fornecer ao aluno uma oportunidade para uma audiência com o administrador, conforme aplicável, e a dos pais a oportunidade de assistir à audição, antes do vencimento dos dois

(2) dias de aulas, a menos que uma extensão do tempo de audição é acordado de outra forma pelo administrador, aluno e pais.

- Tornar uma decisão oralmente no mesmo dia que a audição e por escrito o mais tardar no seguinte dia escolar.

Um administrador pode não remover um estudante da escola sobre uma base de emergência para uma ofensa disciplinar até que as disposições adequadas têm sido feitas para o transporte e segurança do aluno.

V. Apelo para o superintendente

Se uma decisão por um administrador, na sequência da reunião dos pais, resulta em suspensão de um aluno por mais de dez dias de escola cumulativa para o ano escolar, o aluno pode recorrer da decisão para o superintendente. A fim de fazer o aluno ou pais devem apresentar um aviso de recurso com o superintendente dentro de cinco (5) dias corridos com uma sete (7) dias adiamento opção. O superintendente deve segurar a audição dentro de 3 (três) dias de escola do aluno pedido, a menos que o aluno ou o pai solicita uma prorrogação de até 7 (sete) adicionais dias de calendário. Se o recurso não for apresentado dentro do prazo estipulado, o superintendente poderá negar o recurso, ou pode permitir que o recurso à sua discricção, para uma boa causa.

O seguinte se aplica:

- O superintendente irá fazer uma boa fé esforço para incluir a mãe na audição. O superintendente será presume que tenham feito um esforço de boa fé se ele ou ela tem feito esforços para encontrar um dia e hora para audiência que permitiria à empresa mãe e superintendente de participar. O superintendente irá enviar um aviso por escrito para a mãe de a data, a hora e o local da audiência.
- O superintendente irá realizar uma audiência para determinar se o aluno cometeu a infração disciplinar de que o aluno é acusado, e em caso afirmativo, qual seria a consequência será. O superintendente irá providenciar para que a gravação de áudio da audição, uma cópia do que será fornecido para o aluno ou pai mediante pedido. O superintendente irá informar todos os participantes antes da audiência que um registro de áudio será feita de audiência e uma cópia será fornecida para a estudantes e pais mediante pedido.
- O aluno terá todos os direitos oferecidas o aluno na audição do administrador para suspensão de longo prazo como descrito na secção D acima.
- O superintendente irá emitir uma decisão por escrito dentro de cinco (5) dias a contar da audiência que atenda os requisitos para uma suspensão de longo prazo como descrito na secção D acima. Se o superintendente determina que o aluno cometeu a infração disciplinar, o superintendente pode impor o mesmo ou menor do que o administrador regulamento que ineficientes, mas não irá impor uma suspensão maior do que a imposta pela decisão do administrador.

A decisão de o superintendente constitui a decisão final do distrito escolar.

VI. Suspensão em MGL c. 71 s. 37H para armas perigosas substâncias regulamentadas e agressões a pessoal educativo

Massachusetts leis gerais Capítulo 71, secção 37H exige que todos os manuais do aluno conter As seguintes disposições:

(a) qualquer aluno que é encontrado na escola ou na escola-patrocinado ou relacionadas com a escola

Eventos, incluindo jogos atléticos, na posse de uma arma perigosa, incluindo mas não limitado a, uma arma ou uma faca; ou uma substância controlada tal como definidos no capítulo noventa e quatro C, incluindo mas não se limitando a maconha, cocaína e heroína, podem estar sujeitas à expulsão da escola ou distrito escolar pelo responsável principal.

(b) qualquer aluno que ataques dos principais, assistente principal, professor assistente do professor ou outro pessoal docente na escola ou na escola-patrocinado ou eventos relacionados a escola, incluindo jogos atléticos podem ser sujeitos à expulsão da escola ou distrito escolar pelo responsável principal.

(c) qualquer aluno que é carregado com uma violação de qualquer ponto (a) ou (b) deve ser notificada por escrito de uma oportunidade para uma audição; contudo, desde que o aluno pode ter representação, junto com a oportunidade de apresentar provas e testemunhas na audiência perante o comitente.

Após a audiência, um responsável principal pode, à sua discricção, decidir suspender em vez de expulsar um aluno que tenha sido determinado pelo responsável principal terem violado qualquer ponto (a) ou (b).

(d) qualquer aluno que foi expulsa de um distrito escolar em conformidade com estas disposições devem ter o direito de recorrer para o superintendente. Expulsos do aluno terá dez dias a partir da data da expulsão para notificar o superintendente do seu recurso. O aluno tem o direito a um advogado em uma audiência perante o superintendente. O objecto do recurso não deve ser limitada unicamente a uma factual determinação sobre se o aluno tenha violado qualquer das disposições da presente secção.

(e) Qualquer distrito escolar que suspenda ou expulsa um estudante nos termos da presente secção devem continuar a fornecer serviços de educação para o aluno durante o período de suspensão ou de expulsão nos termos da secção 21 do capítulo 76. Se o aluno se desloca para outro território durante o período de suspensão ou de expulsão, o novo distrito de residência deve admitir o aluno para a escola ou fornecer serviços educacionais para o aluno em um plano de serviço de educação, de acordo com a seção 21 do capítulo 76.

Os alunos devem observar que a definição de "ataque" inclui não apenas nocivo ou ofensivo contacto, mas também a ameaçar esse contacto.

Além disso, os alunos devem estar conscientes de que a pistola federal Escolas Livres Acto mandatos que qualquer aluno que traz uma arma para a escola ser expulsos por um período mínimo de um ano, com exceções concedidas apenas pela superintendente. Ao abrigo desta lei, uma arma inclui não só uma arma mas também um dispositivo explosivo.

VII. Suspensões ao abrigo MGL c. 71 s. 37H 1/2 para crime doloso queixas ou convicções

Massachusetts leis gerais Capítulo 71, secção 37H 1/2 prevê que:

Mediante a emissão de uma queixa penal o carregamento de uma estudante com um crime doloso ou mediante a emissão de uma cela abarrotada de delinquência queixa contra um aluno, o responsável principal ou o diretor de uma escola em que o aluno está inscrito pode suspender tais aluno durante um período de tempo determinado pelo responsável principal ou reitor disse se disse principal ou o reitor determina que a continuidade da presença do aluno na escola teria um considerável efeito prejudicial sobre o bem-estar geral da escola. O aluno deve receber uma notificação escrita dos encargos e os motivos de tal suspensão antes de tal suspensão tendo efeito. O aluno deve também receber uma notificação escrita do seu direito de recurso e o processo de recurso tal suspensão; contudo, desde que tal suspensão permanecerão em efeito antes de qualquer audiência de recurso realizado por o superintendente.

O aluno deve ter o direito de recorrer a suspensão para o superintendente. O aluno deve notificar por escrito o superintendente do seu pedido para um apelo o mais tardar cinco dias de calendário após a data de eficácia da suspensão. O superintendente deve realizar uma audiência com o aluno e o aluno pais ou encarregados de educação no prazo de três dias de calendário a contar da data do pedido do aluno para um recurso. Na audição, o aluno terá o direito de apresentar o testemunho oral e escrita no seu nome, e devem ter o direito a um advogado. O superintendente deve ter autoridade para anular ou alterar a decisão do responsável principal ou reitor, recomendando nomeadamente um suplente de um programa educacional para o aluno. O superintendente tomarão uma decisão sobre o recurso no prazo de cinco dias de calendário a contar da audição. Tal decisão será a decisão final da cidade ou distrito escolar regional no que se refere à suspensão.

Mediante um estudante ser condenado por um crime doloso ou mediante uma adjudicação ou a admissão no tribunal de culpa relativamente a tal crime doloso ou crime doloso delinquência, o principal ou o diretor de uma escola em que o aluno está inscrito pode expulsar disse aluno se tais principal ou o reitor determina que a continuidade da presença do aluno na escola teria um considerável efeito prejudicial sobre o bem-estar geral da escola. O aluno deve receber uma notificação escrita das taxas e razões para tal expulsão antes dessa expulsão tendo efeito. O aluno deve também receber uma notificação escrita do seu direito de recurso e o processo de recurso dessa expulsão; contudo, desde que a expulsão permanecerão em efeito antes de qualquer audiência de recurso realizado por o superintendente.

O aluno deve ter o direito de recorrer a expulsão para o superintendente. O aluno deve notificar o superintendente, por escrito o seu pedido de um recurso o mais tardar cinco dias de calendário após a data efectiva da expulsão. O superintendente deve realizar uma audiência com o aluno e o aluno pais ou encarregados de educação no prazo de três dias de calendário a contar da expulsão.

Na audiência, o aluno terá o direito de apresentar o testemunho oral e escrita no seu nome, e devem ter o direito a um advogado. O superintendente deve ter autoridade para anular ou alterar a decisão do responsável principal ou reitor, recomendando nomeadamente um suplente de um programa educacional para o aluno. O superintendente tomarão uma decisão sobre o recurso no prazo de cinco dias de calendário a contar da audiência. Tal decisão será a decisão final da cidade ou distrito escolar regional no que diz respeito à expulsão.

Qualquer distrito escolar que suspenda ou expulsa um estudante nos termos da presente secção devem continuar a fornecer serviços de educação para o aluno durante o período de suspensão ou de expulsão nos termos da secção 21 do capítulo 76. Se o aluno se desloca para outro território durante o período de suspensão ou de expulsão, o novo distrito de residência deve admitir o aluno para a escola ou fornecer serviços educacionais para o aluno em um plano de serviço de educação, de acordo com a secção 21 do capítulo 76.

VII. Os procedimentos aplicáveis aos comportamentos abrangidos pelo M.G.L. C. 71, §37H e 37H ½

Ao considerar a exclusão de um aluno da escola de posse de uma arma perigosa, a posse de uma substância controlada (tais como maconha, cocaína, ou medicamentos não autorizados pela escola de enfermagem), ou assalto em professores, um administrador pode colocar um aluno no curto prazo de suspensão (dez dias ou menos) com base numa audiência informal, para ser seguido por uma audiência formal antes de o principal dentro desse período de suspensão para determinar se a tomarem novas medidas disciplinares, até e incluindo a expulsão da escola.

1. A audiência informal será sob a forma de uma conferência entre o aluno e o responsável principal ou de representante. Nesta conferência, o aluno (1) devem ser informados das razões da conferência, (2) deve ser dada a oportunidade de apresentar o seu lado da história, e (3) deve ser dada uma decisão sobre a suspensão. Se o administrador considerar atraso de audiência necessárias para evitar perigo ou perturbação substancial, este processo pode ocorrer imediatamente após, em vez de antes, a suspensão.

2. Antes de colocar uma suspensão em vigor, principal ou designado deverá fazer um esforço razoável para telefone e informar o aluno pais ou encarregados da caducidade iminente suspensão; este deve incluir tentativas de entrar em contato com os pais ou encarregados de educação em casa e no trabalho. Os pais podem entrar em contato com a escola para obter informações adicionais sobre a suspensão.

3. Uma carta será enviada aos pais/encarregados da suspensão pendular estudante afirmando:

- A) O motivo da suspensão
- B) Uma declaração da data de eficácia e duração da suspensão
- C) Uma declaração relativamente à questão de saber se ou não o principal irá agendar uma audiência formal para considerar mais disciplina, até e incluindo a expulsão da escola em conformidade com M.G.L. c. 71, §37H

Ao considerar uma suspensão/a expulsão de um student cobrado com/condenado por crime doloso, Principal irá utilizar as normas e procedimentos estabelecidos no M.G.L. c.71, §37H1/2.

Além disso, antes de dar início a tais procedimentos, Principal pode reunir informalmente com o aluno e/ou seus pais para rever a carga e a normas aplicáveis se o comitente considere adequadas

**Serviços de educação e de progresso acadêmico ao abrigo das secções 37H,
37H1/2 e 37H3/4**

1. Qualquer aluno que está servindo um na escola de suspensão, suspensão de curto prazo e a longo prazo a suspensão ou a expulsão deve ter a oportunidade de ganhar créditos, conforme aplicável, constituem atribuições, testes, papéis e outros trabalhos escolares quanto necessário para fazer progresso acadêmico durante o período do seu afastamento da sala de aula ou na escola. O principal/representante informará a estudantes e pais de esta oportunidade por escrito quando tal suspensão ou expulsão é imposta.
2. Qualquer aluno que for expulso ou suspenso da escola por mais de dez (10) dias consecutivos, quer na escola ou fora da escola, terão oportunidade de receber serviços de educação e de fazer progressos no sentido de estado de sessão acadêmica e requisitos locais, através da escola de educação plano de serviço.
3. O principal/designado deverá desenvolver uma escola de educação plano de serviço descrevendo a serviços de educação que o distrito escolar irá disponibilizar para os alunos que são expulsos ou suspenso da escola por mais de dez (10) dias consecutivos. O plano deve incluir o processo de notificação de tais alunos e pais dos serviços e organizar tais serviços. Serviços de educação deve ser baseada no e ser fornecidos de uma forma consistente com os padrões acadêmicos e quadros curriculares estabelecidas para todos os alunos sob G.L. c 69, §§ 1D e 1F.

Aviso de Serviços de ensino para alunos em suspensão e expulsão de longo prazo; Relatórios de inscrição.

1. O principal/representante notificará o pai e o aluno a oportunidade de receber serviços de educação no momento em que o aluno é expulso ou colocados em suspensão a longo prazo. Aviso deve ser fornecido em inglês e o principal idioma falado na casa do estudante se diferente do inglês, ou outros meios de comunicação onde apropriado. A comunicação deve incluir uma lista de serviços de educação específicas que estão disponíveis para o aluno e as informações de contato de um membro da equipe do distrito escolar que pode fornecer informações mais detalhadas.
2. Para cada aluno expulso ou suspenso da escola por mais de dez (10) dias consecutivos, se em- escola ou fora da escola, o distrito escolar deve documentar a inscrição do aluno em serviços de educação. Para fins de comunicação de dados, a escola via e relatório de assiduidade e progresso acadêmico e outros dados, tais como direcionado pelo departamento.

Os alunos com deficiência:

Os estudantes que tenham sido identificados como alunos com deficiência em conformidade com a Lei da Educação de indivíduos com deficiências ou Seção 504 do Rehabilitation Act ou que a escola tenha razões para crer poderiam ser elegíveis para serviços de ensino especial têm direito a proteções processuais adicionais quando uma exclusão disciplinar é considerado. Antes da imposição de qualquer sanção disciplinar que resultaria em uma mudança de posicionamento; o aluno a equipe vai atender para determinar se a conduta do estudante foi uma manifestação da deficiência do aluno. Se a equipe determina que a conduta foi uma manifestação da deficiência do aluno deve revisar qualquer plano de comportamento existente ou, se não existir um plano de tal comportamento, conduzir uma avaliação comportamental funcional. Em muitos casos, um estudante com deficiência terão direito a serviços identificados pela equipe do aluno conforme necessário para fornecer o aluno com uma adequada educação pública livre durante períodos de exclusão disciplinar superior a dez (10) dias de aulas em um determinado ano. Para obter informações adicionais sobre os direitos dos alunos com deficiência no contexto da disciplina escolar por favor entre em contato com o Diretor das escolas públicas Winthrop de aluno dos serviços de pessoal ou o edifício principal/nomeado